

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

ATA DA 9ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA MICRORREGIÃO OESTE (MRAE-3)

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às 14h00, foi realizada presencialmente no Auditório da OAB/PR, em Curitiba, e virtualmente por meio da plataforma Teams, a 9ª Assembleia Geral Extraordinária da Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário Oeste (MRAE-3), para deliberações acerca das seguintes pautas:

Item I: Abertura - Secretária Camila Mileke Scucato - Secretária de Estado das Cidades do Paraná.

Item II: Apresentação das Microrregiões aos novos Gestores Municipais.

Item III: Apresentação dos Presidentes do Conselho Participativo de cada Microrregião.

Item IV: Atualização do Comitê Técnico - Novas Indicações.

Item V: Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental.

Item VI: PPP's Sanepar.

Item VII: Calendário de Reuniões Ordinárias do Colegiado Microrregional.

Item VIII: Assuntos Gerais.

A Assembleia foi presidida pela Secretária de Estado das Cidades, Camila Mileke Scucato, que atuou como Presidente do Colegiado Microrregional, substituindo o Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, conforme estipulado na Subseção IV do Título da Realização das Assembleias, art. 24 do Regimento Interno da Microrregião Oeste. Estavam presentes também Márcia de Oliveira de Amorim, Secretária Geral da Microrregião Oeste (MRAE-3); Eduardo Pimentel Slaviero, prefeito de Curitiba; Geraldo Luiz Farias, analista de desenvolvimento municipal do Paranacidade; Paula Daolio Silveira, engenheira ambiental do Paranacidade; Bruno Vasconcelos da Rosa Pin, engenheiro ambiental do Paranacidade; Thiago José Golin, analista de suporte CTI do Paranacidade; Ana Carolina da Silva, membro do Comitê Técnico MRAE-3 e representante do Estado; Alípio Camargo e

Miorrorregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

Tatiane Rodrigues Fernandes, representantes da Coordenadoria de Assuntos Políticos e Institucionais (COAP); Wilson Bley Lipski, diretor-presidente da Sanepar; Anderson Linckold Friedrich Coelho, gerente de comissões da Sanepar; Marcus Venicio Cavassin, gerente jurídico da Sanepar; Marcelo Luiz Curado, diretor administrativo financeiro da Agepar; Rejane Maria Schirr Scolari, diretora de regulação econômica da Agepar; Kathleen Barros e Andressa de Lima, da equipe de assistência das Miorrorregiões.

Compareceram presencial e remotamente prefeitos (as), vice-prefeitos (as) e/ou representantes designados de 93 (noventa e três) municípios da MRAE 3, conforme lista de presença anexa.

A 9ª Assembleia foi oficialmente iniciada pelo cerimonialista Dirceu, que destacou a pauta central do encontro e procedeu à apresentação das autoridades presentes na mesa de trabalho. A composição da mesa incluiu a Secretária de Estado das Cidades e Presidente em exercício dos Colegiados Miorrorregionais, Camila Mileke Scucato; o Prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel Slaviero; a Secretária Geral das Miorrorregiões de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná, Márcia de Oliveira Amorim; o Presidente da Sanepar, Wilson Bley Lipski; e o Diretor Administrativo-Financeiro da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), Marcelo Luiz Curado. Após o protocolo inicial, a Secretária Camila Mileke realizou a abertura oficial da reunião.

A Secretária de Estado das Cidades, Camila Mileke Scucato, em seu pronunciamento, enfatizou a importância da participação ativa dos representantes municipais na implementação das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020, o Novo Marco Legal do Saneamento e expressou seu agradecimento à AGEPAR e à SANEPAR pela presença e contribuição na assembleia, sublinhando a relevância dos temas a serem debatidos, especialmente para os 236 novos prefeitos empossados em janeiro, dos quais 174 assumem o cargo pela primeira vez. Concluindo sua fala, convidou a Secretária Geral das Miorrorregiões, Márcia de Oliveira de Amorim, para dar continuidade à pauta da assembleia.

A Secretária Geral das Miorrorregiões, Márcia de Oliveira de Amorim, ressaltou a expressiva participação dos municípios na assembleia, destacando a importância da cooperação entre gestores municipais e instituições parceiras para o fortalecimento das políticas públicas de

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

saneamento. Manifestou seu agradecimento aos presentes, enfatizando o papel estratégico dessas entidades na governança regional do setor.

Reconheceu, de maneira especial, a contribuição do Prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel, pelo suporte contínuo à estruturação do modelo de gestão das microrregiões, que atualmente se consolida como referência nacional. Ademais, reafirmou o compromisso do Estado do Paraná com a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2027 em conformidade com as diretrizes do governo estadual. Encerrando sua manifestação, abriu a palavra ao Prefeito anfitrião, Eduardo Pimentel.

O Prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel, ressaltou a importância da cooperação entre os municípios paranaenses para a universalização do saneamento básico. Ao saudar os presentes, reafirmou seu compromisso com a pauta, destacando sua experiência como Secretário de Estado das Cidades e sua contribuição para o desenvolvimento regional. Eduardo evidenciou a posição de liderança de Curitiba no setor, informando que a capital já atingiu aproximadamente 99% de esgoto coletado e tratado e se aproxima da universalização do abastecimento de água. Reforçou que a meta não se limita a alcançar 100% de cobertura na capital, mas também envolve o apoio aos demais municípios para que cumpram os prazos estabelecidos, visando a universalização dos serviços até 2027.

O Prefeito destacou ainda que os investimentos em saneamento básico resultam em redução de custos na saúde pública e reforçou o compromisso de Curitiba em compartilhar experiências e boas práticas com os demais municípios, promovendo o desenvolvimento integrado do estado. Ao concluir sua fala, reiterou o apoio da capital às microrregiões e desejou uma produtiva tarde de trabalho a todos.

Após a manifestação do Prefeito Eduardo Pimentel, a Secretária Márcia deu prosseguimento aos trabalhos da assembleia. Ao agradecer a presença do prefeito, destacou a relevância da pauta em discussão e procedeu à leitura do edital de convocação

Ao iniciar o segundo item da pauta, referente à apresentação das microrregiões aos novos gestores municipais, a Secretária Geral, Márcia de Oliveira de Amorim, ressaltou o papel da Secretaria de Estado das Cidades na liderança e governança das microrregiões, conforme

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

estabelecido pela Lei Complementar nº 237/2021. Explicou que, nos termos da legislação, a presidência das microrregiões cabe ao Governador do Estado, sendo exercida, em sua ausência, pela Secretária de Estado das Cidades, Camila Mileke Scucato.

Márcia destacou o avanço expressivo do Paraná no processo de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mencionando cidades como Curitiba e Maringá, que já atingiram as metas estabelecidas. Abordou, ainda, a relevância do mecanismo de subsídio cruzado, pelo qual municípios de maior porte contribuem para viabilizar a prestação dos serviços nas localidades menores, assegurando o cumprimento das diretrizes governamentais.

Por fim, apresentou a estrutura de governança das microrregiões, detalhando a composição e as atribuições do colegiado microrregional, do comitê técnico, constituído por representantes estaduais e municipais e do conselho participativo, que integra membros da Assembleia Legislativa e da sociedade civil.

Márcia detalhou o processo de votação no colegiado microrregional, explicando que a distribuição dos votos segue a estrutura definida pela legislação, na qual o Estado detém 40% e os municípios, 60%. Destacou a importância desse modelo de governança, enfatizando que, inicialmente, houve preocupações entre os prefeitos quanto à possível perda de autonomia. No entanto, garantiu que a estrutura foi concebida para preservar a autonomia municipal, especialmente sob a liderança do governador, que atua como defensor dos interesses dos municípios.

A secretária esclareceu que cada município possui, no mínimo, um voto, enquanto aqueles de maior porte recebem uma quantidade proporcional, assegurando a participação equitativa no processo decisório. Além disso, apresentou as principais atribuições do colegiado microrregional, reforçando seu papel estratégico na definição e implementação das políticas de saneamento dentro das microrregiões.

A Secretária Geral fez uma breve retrospectiva das assembleias realizadas ao longo dos anos, iniciando pela instalação do Colegiado Microrregional em 2021. Ela destacou a importância das ações tomadas, como a apresentação da minuta de um termo aditivo pela Sanepar, que

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

incorporou as metas de acordo com o novo Marco Legal, o que fez com que o Paraná fosse o primeiro estado a cumprir todos os prazos estabelecidos. Em março de 2022, durante a quarta assembleia, foram incluídas as metas do artigo 11-B da lei federal aos contratos de saneamento existentes com a Sanepar. Em 2023, várias assembleias importantes aconteceram, com destaque para a quinta assembleia, onde se apresentou o regimento interno para a eleição do secretário geral. Na sexta assembleia, em outubro, foi discutido o projeto de resolução disciplinar para adequação contratual e uniformização da tarifa. Na sétima assembleia, foi aprimorado o plano regional de saneamento, e os prefeitos aprovaram a prestação direta de serviços pela Sanepar. A oitava assembleia, em maio de 2024, finalizou com a apresentação do calendário das reuniões ordinárias e a posse do conselho participativo.

Em seguida, explicou que os Planos Regionais de Saneamento Básico, no que se refere ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, substituem os planos municipais para os municípios que ainda não possuem planejamento próprio. Dessa forma, as administrações municipais podem adotar o plano regional sem custos adicionais. Para os municípios que já possuem um plano municipal, ele pode ser mantido, desde que esteja em conformidade com o plano regional.

A secretária destacou que o plano regional foi devidamente aprovado em assembleias e submetido a consultas e audiências públicas, assegurando sua legitimidade e validade para os municípios. Ressaltou, ainda, que a adoção do plano regional representa uma economia significativa, pois evita a necessidade de investimentos adicionais em consultorias ou elaborações individuais. Além disso, Márcia mencionou a realização de um fórum dedicado à apresentação do plano regional de saneamento, em fevereiro de 2023, que contou com a participação de deputados, secretários e prefeitos. Por fim, informou que todos os documentos estão disponíveis no site da Secretaria de Estado das Cidades (SECID), incluindo o Plano Regional de Saneamento Básico.

Seguindo para o terceiro item da pauta, a Secretária de Estado, Camila Mileke Scucato, realizou a apresentação dos presidentes do Conselho Participativo de cada microrregião. Explicou que os presidentes foram eleitos conforme o regimento na reunião ordinária de 5 de fevereiro de 2025. A secretária destacou a relevância dos Conselhos Participativos para a

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

governança do saneamento, ressaltando seu papel fundamental em garantir a representatividade e a participação ativa dos municípios nas decisões que impactam a gestão dos serviços de água e esgoto.

Ela enfatizou que, compostos por representantes da sociedade civil, os Conselhos Participativos promovem um ambiente de debate democrático e transparente, essencial para a boa gestão pública. Camila também mencionou que os presidentes dos Conselhos têm a responsabilidade de coordenar os trabalhos, fortalecendo o diálogo entre os membros e assegurando que as decisões sejam tomadas de forma alinhada ao interesse coletivo.

Ao concluir sua fala, Camila convidou o presidente do Conselho Participativo da MRAE-1, Antônio Carlos Gerardi, para fazer eventuais apresentações ou considerações.

Antônio Carlos Gerardi, presidente do Conselho Participativo da Microrregião Centro-Litoral, iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes, tanto de forma presencial quanto online. Ele destacou o grande desafio de representar a sociedade nessa nova sistemática de gestão do saneamento básico, ressaltando as disparidades existentes entre Curitiba, que já alcançou quase 100% de cobertura de esgotamento sanitário, e os municípios da região metropolitana, que ainda enfrentam desafios significativos em relação à cobertura e tratamento de esgoto.

Gerardi enfatizou o papel essencial do Conselho Participativo, que busca trabalhar de forma colaborativa com as operadoras e os municípios para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas pela legislação, promovendo a participação ativa da sociedade nas discussões. O objetivo, segundo ele, é garantir a oferta de serviços de saneamento de melhor qualidade, com tarifas mais acessíveis e moderadas, assegurando a qualidade da água, a ausência de desabastecimento, a coleta e o tratamento adequados, além da preservação dos rios e da água de boa qualidade.

O presidente do Conselho da MRAE-1 também apontou que o principal desafio da região metropolitana de Curitiba está em atender às áreas de ocupação irregular e cumprir a meta de 90% de cobertura de saneamento até 2033 para os municípios menores, incluindo o saneamento rural em algumas localidades. Concluiu sua intervenção agradecendo a todos e reforçando os objetivos do Conselho Participativo da microrregião Centro-Litoral.

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

Foi concedida a palavra aos presidentes dos Conselhos Participativos das Microrregiões Centro-Leste e Oeste, Dário Vender Fachin Brito e Gilmar Aparecido Cardoso, respectivamente. No entanto, ambos não estavam presentes, o que levou à continuidade da pauta.

Dando continuidade ao quarto item da pauta, foi discutida a atualização do comitê técnico. A Secretária Camila explicou que, conforme a Lei Complementar 237, de 2021, e o regimento interno, os mandatos dos membros municipais do comitê técnico estavam vinculados aos mandatos dos prefeitos, o que tornou necessária a atualização desses membros. O processo está sendo conduzido de forma totalmente transparente e em conformidade com as diretrizes legais estabelecidas.

A Secretária Márcia apresentou o cronograma de atualização, destacando que o prazo para a indicação dos membros do comitê técnico começará em 25 de fevereiro e se estenderá até 25 de março de 2025. A lista dos representantes indicados pelos prefeitos será publicada no dia 28 de abril, com prazo para impugnações até 30 de abril. A lista definitiva será divulgada em 5 de maio, e as votações pelo colegiado microrregional ocorrerão entre 7 e 14 de maio de 2025. Ressaltou que todas as informações foram enviadas por e-mail, e que a secretaria está à disposição para fornecer apoio aos prefeitos e suas equipes durante o processo.

O item 4 foi submetido à aprovação do colegiado microrregional, com a oportunidade de manifestação dos prefeitos e representantes legais presentes, tanto de forma presencial quanto online. Caso houvesse algum impedimento, os prefeitos foram orientados a se manifestar por meio do chat. Após a conferência das manifestações, o item 4 foi aprovado, juntamente com o edital de procedimentos relacionado ao cronograma do comitê técnico.

Para tratar do item 5, referente ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, a fim de aprofundar a discussão sobre o tema, a Secretária Camila convidou os representantes da Agepar para realizar uma apresentação detalhada sobre os aspectos normativos, a importância da regularização e as orientações necessárias para a gestão adequada dos fundos municipais.

Na apresentação, o Diretor Administrativo Financeiro da Agepar, Marcelo Luiz Curado, agradeceu o convite e explicou que a palestra seria abrangente, com espaço para perguntas.

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

Ele destacou a importância da universalização do abastecimento de água e do tratamento de esgoto, com metas a serem alcançadas até 2033. O diretor mencionou que, devido às limitações orçamentárias, os recursos destinados ao saneamento seriam uma oportunidade relevante para os municípios.

A atuação da Agepar foi detalhada, destacando sua função de regulação dos serviços públicos, incluindo o saneamento. Os recursos provenientes da operação da Sanepar podem ser repassados aos municípios, com um limite de até 2% da receita gerada, para ações exclusivas de saneamento. A Agepar esclareceu a legislação sobre o acesso ao fundo, destacando a necessidade de manifestação de interesse dos municípios e cumprimento de requisitos estabelecidos, com prazo final para regularização até 12 de maio de 2025.

O diretor também informou que, em 2023, o repasse total foi de R\$ 143.000.000,00, um aumento significativo em relação a 2021, resultado da regularização pelos municípios. Demonstrando que a adesão ao fundo tem se mostrado positiva, com vários municípios obtendo a habilitação de forma eficaz.

A Diretora de Regulação Econômica, Rejane Maria Schirr Scolari, abordou os requisitos para a adesão ao fundo municipal de saneamento básico e ambiental, explicando que os municípios devem ter o fundo instituído por lei, um plano municipal de saneamento básico atualizado e um contrato de prestação ou concessão vigente, com obrigação de repasse ao fundo. Ela destacou a possibilidade de municípios menores utilizarem o plano de saneamento da microrregião para simplificar o processo. Também enfatizou a necessidade de um órgão gestor para definir diretrizes e fiscalizar o fundo.

Em seguida, listou os documentos necessários para habilitação, incluindo um ofício formal à Agepar, o reconhecimento tarifário, a publicação dos atos normativos e a declaração da conta bancária exclusiva do fundo. Ela também destacou a importância de documentos adicionais, como o contrato de concessão e informações sobre o percentual de repasse da Sanepar ao fundo.

Marcelo Curado explicou que o prazo para análise do processo de habilitação é de 90 dias, com a publicidade dos dados dos municípios que aderiram ao fundo prevista para maio deste

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

ano. Ressaltou que o repasse pode variar entre 0% e 2% da receita de saneamento, dependendo do contrato com a concessionária. Marcelo alertou que a não adesão ao fundo implica a perda de uma importante oportunidade de financiamento, crucial para a universalização do saneamento básico. Ele enfatizou que a falta de adesão pode prejudicar os municípios, considerando a rotatividade de prefeitos e os riscos de apontamentos pelo Tribunal de Contas. Por fim, pediu que os municípios verificassem a documentação e completassem o processo de adesão com o apoio da equipe das Microrregiões e da Agepar.

A Secretária de Estado, Camila, ressaltou que tem distribuído a cartilha aos prefeitos que visitam a secretaria, como parte do suporte oferecido para a regularização dos municípios em relação ao fundo de saneamento. Ela enfatizou a importância de cada recurso disponível e destacou que os municípios já possuem um compromisso prévio a ser cumprido quanto ao fundo. Além disso, anunciou a continuidade da pauta, informando que o próximo tema a ser abordado seria as parcerias público-privadas (PPPs) da Sanepar, convidando, assim, os representantes da Sanepar para apresentar um panorama geral sobre o assunto.

O Gerente jurídico da Sanepar, Marcus Venicio Cavassin, iniciou sua fala cumprimentando os presentes, com destaque para a equipe técnica, e ressaltou o apoio da Sanepar ao processo das microrregiões. Ele explicou que, desde a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento, a companhia tem enfrentado desafios, como a extensão dos prazos contratuais e a inclusão das metas de universalização até 2033. Para cumprir essas exigências, a Sanepar tem adotado parcerias público-privadas (PPPs), promovendo reuniões com os municípios para viabilizar essa participação. Cavassin mencionou a integração de 31 municípios da microrregião Centro-Litoral na primeira PPP e detalhou os lotes de licitações nas microrregiões Centro-Leste e Oeste. Ele finalizou destacando a importância do setor privado no apoio à universalização do saneamento.

O Gerente de comissões da Sanepar, Anderson Linckold Friedrich Coelho, informou que haverá reuniões com prefeitos, previstas para março deste ano. Reforçou que o objetivo das PPPs é garantir a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, destacando o volume de investimentos e o cronograma de obras. Anderson esclareceu que, apesar das mudanças na gestão, a relação comercial entre a Sanepar, as microrregiões e os municípios

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

permanecerão inalterada, sendo que o concessionário será responsável pela implantação e operação do sistema de esgotamento sanitário. Ele concluiu reafirmando a continuidade da parceria.

Ao abordar o sétimo item da pauta, referente ao calendário ordinário de reuniões, a Secretária Geral, Márcia Amorim, explicou que sua elaboração seguiu as diretrizes do regimento interno das microrregiões e as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas. O calendário foi previamente apresentado ao comitê técnico e ao conselho participativo e, naquele momento, estava sendo submetido à apreciação dos prefeitos para aprovação.

Márcia destacou que a minuta do calendário já havia sido disponibilizada anteriormente por e-mail e informou que, caso fosse aprovada, a resolução correspondente seria publicada nos meios oficiais do Estado. Ela detalhou as datas previstas, incluindo a reunião ordinária do comitê técnico em junho, a reunião do conselho participativo e a décima assembleia geral do colegiado microrregional. Também mencionou as reuniões programadas para o final do ano, como a reunião do comitê técnico e do conselho participativo em novembro e a última assembleia do ano, em dezembro.

Por fim, reforçou que essas assembleias são uma exigência do Tribunal de Contas, tornando a participação dos prefeitos essencial para o cumprimento das obrigações institucionais.

A Secretária de Estado abriu espaço para manifestações e para a votação, no entanto, não houve objeções. Ao final, confirmou a aprovação do item referente ao calendário ordinário.

Ao abordar o último item da pauta, referente a assuntos gerais, a Secretária Camila destacou um tema de grande importância. Ela mencionou a expressiva presença de prefeitos e representantes e ressaltou a necessidade de realização das conferências municipais. Explicou que todos os municípios devem promover essas conferências para garantir sua regularização, alertando que a ausência de um conselho ativo pode limitar o acesso a recursos estaduais. Em seguida, apresentou Orlando Bonette, secretário executivo do Conselho Estadual das Cidades, que estava disponível para auxiliar os municípios na implantação dos conselhos municipais e na organização das conferências. Camila reforçou a relevância da regularização para evitar a perda de recursos.

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste – MRAE-3
Secretaria Geral

Márcia iniciou o encerramento agradecendo à secretária Camila pela excelente condução da Secretaria de Estado das Cidades e expressou sua gratidão a todos os presentes e aos envolvidos na organização da Assembleia. Além disso, colocou a Secretaria das Microrregiões à disposição para auxiliar os prefeitos que ainda enfrentam dificuldades com documentação.

Em seguida, Camila agradeceu a participação de todos, tanto os que estavam presentes fisicamente quanto os que acompanharam virtualmente. Destacou o excelente quórum da assembleia e convidou os presentes para o coffee break, incentivando a interação e o esclarecimento de dúvidas. Por fim, desejou a todos um bom início de semana.

Não havendo mais nada a ser tratado, a Secretária-Geral declarou encerrada a reunião.

Eu, Márcia de Oliveira de Amorim, como Secretária-Geral de Água e Esgotamento Sanitário do Oeste (MRAE-3), atesto e assino esta ata.

Márcia de Oliveira de Amorim

Secretária Geral das Microrregiões de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná.